

Boletim do Trabalho e Emprego

9

1.^a SÉRIE

Edição: Direcção de Serviços de Informação Científica e Técnica (SICT) — Ministério do Emprego e da Segurança Social

Preço 139\$00
(IVA Incluído)

BOL. TRAB. EMP.	1. ^a SÉRIE	LISBOA	VOL. 62	N.º 9	P. 351-372	8 - MARÇO - 1995
-----------------	-----------------------	--------	---------	-------	------------	------------------

ÍNDICE

Regulamentação do trabalho:

Despachos/portarias:

	Pág.
— Borealis Polímeros, S. A. (autorização de laboração contínua) — Rectificação	353
— Borealis Produtos Químicos, S. A. (autorização de laboração contínua) — Rectificação	353

Portarias de extensão:

— Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. dos Industriais de Cordoaria e Redes e o SITESE — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. de Trabalhadores de Escritório e Serviços	354
— Aviso para PE do CCT entre a AIND — Assoc. de Imprensa não Diária e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros	354
— Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ADIPA — Assoc. dos Distribuidores de Produtos Alimentares e outros e a FEPCESE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros	354

Convenções colectivas de trabalho:

— CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de batata frita, aperitivos e similares) e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas — Alteração salarial e outras	355
— CCT entre a APICCAPS — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e o SINDETEX — Sind. Democrático dos Têxteis — Alteração salarial e outra	356
— CCT entre a ANIPC — Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros — Alteração salarial e outra	357
— CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e o SIEC — Sind. das Ind. Eléctricas do Centro — Alteração salarial	360
— CCT entre a ANIM — Assoc. Nacional dos Industriais de Madeira e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (sector de pincelaria, escovaria e vassouraria) — Alteração salarial e outra	360
— CCT entre a ADIPA — Assoc. dos Distribuidores de Produtos Alimentares e outros e a FEPCESE — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras	361
— CCT entre a ANIECA — Assoc. Nacional do Ensino de Condução Automóvel e a FESTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outras — Alteração salarial e outras	364
— CCT entre a Assoc. das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares e o STAD — Sind. dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Profissões Similares e Actividades Diversas e outros — Alteração salarial e outras	366

- CCT entre a Assoc. de Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares e o SLEDA — Sind. Livre dos Trabalhadores de Serviços de Limpeza, Portaria, Vigilância, Manutenção, Beneficência, Domésticos e Afins e outros — Alteração salarial e outras 369
- CCT entre a APICCAPS — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços (alteração salarial e outra) — Rectificação 371



SIGLAS

ABREVIATURAS

CCT — Contrato colectivo de trabalho.
 ACT — Acordo colectivo de trabalho.
 PRT — Portaria de regulamentação de trabalho.
 PE — Portaria de extensão.
 CT — Comissão técnica.
 DA — Decisão arbitral.
 AE — Acordo de empresa.

Feder. — Federação.
 Assoc. — Associação.
 Sind. — Sindicato.
 Ind. — Indústria.
 Dist. — Distrito.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS/PORTARIAS

Borealis Polímeros, S. A. (autorização de laboração contínua) — Rectificação

Por ter sido publicado incorrectamente no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 41, de 8 de Novembro de 1994, o despacho conjunto de autorização de laboração contínua respeitante à empresa Borealis Polímeros, S. A., a seguir se procede à necessária rectificação:

Assim, no respectivo n.º 3, onde se lê «Que o instrumento colectivo de trabalho aplicável (PRT e CCT para a indústria química, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1977, e subsequentes

alterações) não veda o regime pretendido;» deve ler-se «Que o instrumento colectivo de trabalho aplicável (acordo colectivo de empresa, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 43, de 22 de Novembro de 1993) não veda o regime pretendido.».

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social. — Pelo Ministro da Indústria e Energia, *Luís Filipe Alves Monteiro*, Secretário de Estado da Indústria. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Bernardo Veloso Falcão e Cunha*.

Borealis Produtos Químicos, S. A., (autorização de laboração contínua) — Rectificação

Por ter sido publicado incorrectamente no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 41, de 8 de Novembro de 1994, o despacho conjunto de autorização de laboração contínua respeitante à empresa Borealis Produtos Químicos, S. A., a seguir se procede à necessária rectificação:

Assim, no respectivo n.º 3, onde se lê «Que o instrumento colectivo de trabalho aplicável (PRT e CCT para a indústria química, publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 28, de 29 de Julho de 1977, e subsequentes

alterações, não veda o regime pretendido;» deve ler-se «Que o instrumento colectivo de trabalho aplicável (acordo colectivo de empresa, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 43, de 22 de Novembro de 1993) não veda o regime pretendido.».

Ministérios da Indústria e Energia e do Emprego e da Segurança Social. — Pelo Ministro da Indústria e Energia, *Luís Filipe Alves Monteiro*, Secretário de Estado da Indústria. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Bernardo Veloso Falcão e Cunha*.

PORTARIAS DE EXTENSÃO

Aviso para PE das alterações aos CCT entre a Assoc. dos Industriais de Cordoaria e Redes e o SITESC — Sind. dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Feder. dos Sind. de Trabalhadores de Escritório e Serviços.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que está em estudo neste Ministério a emissão de uma PE das alterações aos CCT celebrados entre a Associação dos Industriais de Cordoaria e Redes e o SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio e entre a mesma associação patronal e a FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, publicadas, respectivamente, no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 4 e 6, de 29 de Janeiro e 15 de

Fevereiro de 1995, por forma a tornar a regulamentação neles prevista aplicável às relações de trabalho estabelecidas entre as entidades patronais não filiadas na associação patronal outorgante que, no território do continente, prossigam a actividade económica regulada e os trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais abrangidas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre as entidades patronais inscritas na referida associação patronal e os trabalhadores ao seu serviço das mesmas profissões e categorias não representados pelas associações sindicais subscritoras.

Aviso para PE do CCT entre a AIND — Assoc. de Imprensa não Diária e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros

Nos termos do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo, nos serviços competentes deste Ministério, a eventual emissão de uma portaria de extensão da convenção mencionada em epígrafe, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 7, de 22 de Fevereiro de 1995.

A portaria, a emitir ao abrigo do n.º 1 do citado artigo, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 209/92, de 2 de Outubro, tornará a convenção extensiva a todas as empresas proprietárias de publicações periódicas não diárias informativas não outor-

gantes da convenção, que exerçam a sua actividade no território do continente, e aos trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nela previstas, bem como aos trabalhadores não representados pelas associações sindicais outorgantes, das mesmas profissões e categorias profissionais ao serviço das empresas filiadas na associação patronal outorgante.

Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, podem os interessados no processo de extensão deduzir oposição fundamentada nos 15 dias seguintes ao da publicação do presente aviso.

Aviso para PE das alterações ao CCT entre a ADIPA — Assoc. dos Distribuidores de Produtos Alimentares e outros e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros.

Nos termos do n.º 5 e para os efeitos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, de 29 de Dezembro, torna-se público que se encontra em estudo neste Ministério a emissão de uma portaria de extensão do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a ADIPA — Associação dos Distribuidores de Produ-

tos Alimentares e outras e a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e outros, nesta data publicado, por forma a tornar a regulamentação dele constante aplicável:

- 1) Às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas nas associações

patronais outorgantes que, no território do continente, prossigam a actividade de armazenista, importador ou exportador de frutas, produtos hortícolas ou sementes, armazenista ou exportador de azeite, e ainda às que, em exclusivo, se dediquem à distribuição por grosso de produtos alimentares, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nele previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das mesmas profissões e categorias profissionais não representados pelas associações sindicais subscritoras;

- 2) Às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais não filiadas na ADIPA — As-

sociação dos Distribuidores de Produtos Alimentares que, no território do continente, prossigam a actividade de distribuição de águas, refrigerantes e cervejas e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nele previstas, bem como às relações de trabalho estabelecidas entre entidades patronais já abrangidas pela convenção e trabalhadores ao seu serviço das mesmas profissões e categorias profissionais não representados pelas associações sindicais signatárias.

Serão excluídas da extensão referida no n.º 2 as relações de trabalho abrangidas por instrumento de regulamentação colectiva, convencional ou administrativo, que contemple a referida actividade.

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CCT entre a ANCIPA — Assoc. Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares (divisão de batata frita, aperitivos e similares) e o SETAA — Sind. da Agricultura, Alimentação e Florestas — Alteração salarial e outras.

Cláusula 23.^a

Trabalho extraordinário

8 — Para os efeitos do número anterior, e quando a entidade patronal não assegure a refeição, pagará ao trabalhador a importância de 1420\$.

Cláusula 28.^a

Retribuições

4 — Os trabalhadores que exerçam funções de caixa, tesoureiro e cobrador têm direito a um abono mensal para falhas de 3700\$.

Cláusula 64.^a

Direitos dos trabalhadores nas deslocações

- 5 —
a)
b) Pequeno-almoço — 325\$;
c) Almoço ou jantar — 1420\$.

Cláusula 68.^a**Refeitório, subsídio de refeição e cantina**

2 — As empresas atribuirão a todos os trabalhadores um subsídio de refeição diário de 450\$, exceptuando-se as pequeníssimas empresas referidas na alínea b) do n.º 1 da cláusula 79.º, que atribuirão um subsídio diário de 280\$.

Cláusula 76.^a**Produção de efeitos**

A tabela salarial constante do anexo III e demais cláusulas de expressão pecuniária produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995 e vigorarão por um período de 12 meses.

Cláusula 79.^a**Pequeníssimas empresas**

2 — A estas empresas não é aplicável a tabela salarial constante do anexo III. As empresas obrigam-se, no entanto, a atribuir aos trabalhadores indiferenciados salários superiores em 1800\$ em relação ao salário mínimo nacional.

ANEXO III**Retribuições mínimas mensais****Tabela salarial**

Níveis	Remunerações
0	143 400\$00
1	130 300\$00
2	108 300\$00
3	97 800\$00
4	85 100\$00
5	79 750\$00
6	73 250\$00
7	70 150\$00
8	66 050\$00
9	61 750\$00
10	61 150\$00
11	50 900\$00
12	45 950\$00
13	45 200\$00

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1995.

Pela ANCIPA — Associação Nacional de Comerciantes e Industriais de Produtos Alimentares:

Estêvão Martins.

Pelo SETAA — Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas:

Jorge Santos.

Entrado em 20 de Fevereiro de 1995.

Depositado em 22 de Fevereiro de 1995, a fl. 101 do livro n.º 7, com o n.º 38/95, nos termos do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APICCAPS — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e o SINDETEx — Sind. Democrático dos Têxteis — Alteração salarial e outra.

Cláusula 1.^a**Área e âmbito***(Mantém-se.)***Cláusula 2.^a****Vigência**

1 —

2 — A tabela salarial e o subsídio de alimentação produzem efeitos a partir de 1 de Outubro de 1994.

Cláusula 39.^a-A**Subsídio de alimentação**

1 — Todos os trabalhadores abrangidos por este contrato têm direito a um subsídio de alimentação de 220\$ por cada dia de trabalho prestado.

Tabela salarial

Grupo	Remunerações mínimas
I	128 900\$00
II	114 700\$00
III	99 000\$00
IV	92 500\$00
V	89 900\$00
VI	86 100\$00
VII	79 600\$00
VIII	77 800\$00
IX	73 000\$00
X	72 300\$00
XI	71 500\$00
XII	69 800\$00
XIII	63 900\$00
XIV	61 600\$00

Grupo	Remunerações mínimas
XV	56 500\$00
XVI	49 300\$00
XVII	46 300\$00
XVIII	43 600\$00
XIX	42 700\$00
XX	40 900\$00
XXI	39 250\$00

Lisboa, 10 de Janeiro de 1995.

Pela APICCAPS — Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Seus Sucedâneos:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SINDETEX — Sindicato Democrático dos Têxteis:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 15 de Fevereiro de 1995.

Depositado em 23 de Fevereiro de 1995, a fl. 101 do livro n.º 7, com o n.º 39/95, nos termos do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIPC — Assoc. Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e a Feder. Portuguesa dos Sind. das Ind. de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa e outros — Alteração salarial e outra

Cláusula 1.ª

Âmbito da revisão

O presente CCT obriga, por um lado, as empresas que, no território nacional, são representadas pela Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.ª

Vigência da revisão

1 — A presente revisão do contrato colectivo de trabalho entra em vigor cinco dias após a distribuição do *Boletim do Trabalho e Emprego* em que for publicado.

2 —

3 — A tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995 e a restante matéria de expressão pecuniária a partir de 1 de Fevereiro de 1995.

Cláusula 17.ª

Trabalho nocturno

1 — A remuneração de todo e qualquer trabalho prestado no período compreendido entre as 20 horas de um dia e as 8 horas do dia seguinte será acrescida dos seguintes valores:

Nas empresas do grupo II — 105\$;
Nas empresas do grupo III — 82\$50;
Nas empresas do grupo IV — 70\$.

ANEXO II

Tabelas salariais

A partir de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1995

Níveis	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
1	92 600\$00	82 000\$00	-\$-
2-A	84 600\$00	74 500\$00	-\$-
2-B	80 500\$00	71 500\$00	-\$-
3-A	77 500\$00	68 500\$00	-\$-
3-B	72 500\$00	65 000\$00	-\$-
4-A	67 500\$00	59 000\$00	54 000\$00
4-B	65 000\$00	57 000\$00	52 500\$00
5	62 200\$00	54 500\$00	52 000\$00
6-A	59 500\$00	52 000\$00	51 000\$00
6-B	57 200\$00	51 000\$00	50 000\$00
7-A	54 000\$00	48 300\$00	48 300\$00
7-B	52 300\$00	47 000\$00	47 000\$00
8-A	52 300\$00	46 000\$00	46 000\$00
8-A	44 000\$00	40 000\$00	40 000\$00
8-C	41 500\$00	37 000\$00	37 000\$00
9-A	39 000\$00	35 000\$00	35 000\$00
9-B	35 000\$00	32 000\$00	32 000\$00
10	33 500\$00	30 500\$00	30 500\$00
11	31 000\$00	30 000\$00	30 000\$00

Nota

Entende-se globalmente mais favorável esta alteração do que o contrato anterior, mas só relativamente à matéria acordada.

Espinho, 30 de Janeiro de 1995.

Pela ANIPC — Associação Nacional dos Industriais de Papel e Cartão:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção:

(Assinatura ilegível.)

Pela FRESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Quadros e Técnicos de Desenho:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos legais, declaramos que a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa representa os seguintes Sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1995.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo;

Sindicato dos Trabalhadores da Cerâmica, Construção e Madeiras de Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Cerâmica, Cimentos e Similares do Distrito de Castelo Branco;

Sindicato dos Operários da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Afins do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Faro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção, Madeiras, Mármore e Pedreiras dos Distritos do Porto e Aveiro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras e Mármore do Distrito de Santarém;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Mármore do Distrito de Setúbal;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Pedreiras do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore, Pedreiras e Cerâmica dos Distritos de Viseu e Guarda;

Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Angra do Heroísmo;

Sindicato Livre dos Operários da Construção Civil e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato da Construção Civil do Distrito da Horta;

Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do Distrito de Ponta Delgada.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1995. — Pelo Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;

Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, Vítor Pereira.

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPGES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritórios e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros (do ex-Distrito) da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Similares;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a FESHOT — Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Região Autónoma da Madeira;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1995. — Pela Direcção Nacional, (*Assinatura ilegível.*)

Declaração

Para os devidos efeitos declaramos que a FSMMP — Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;
Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1995. — Pela Comissão Executiva, *Álvaro António Branco.*

Entrado em 22 de Fevereiro de 1995.

Despositado em 23 de Fevereiro de 1995, a fl. 102 do livro n.º 7, com o n.º 40/95, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APC — Assoc. Portuguesa de Cerâmica (barro branco) e o SIEC — Sind. das Ind. Eléctricas do Centro — Alteração salarial

Cláusula 1.^a

Área e âmbito

Este contrato obriga:

- a) Por um lado, todas as empresas que se dedicam à actividade da indústria de cerâmica de barro branco (sectores de cerâmica doméstica, cerâmica artística e decorativa, cerâmica de construção, cerâmicas especiais e refractários);
- b) Por outro, todos os trabalhadores ao serviço das empresas referidas na alínea a) e representados pelo sindicato signatário.

ANEXO II

Retribuições mínimas

Categoria profissional	Remunerações
Encarregado	109 400\$00
Técnico de electrónica	99 400\$00
Técnico electricista ou técnico preparador de trabalho	91 250\$00

Categoria profissional	Remunerações
Oficial com mais de dois anos ou preparador de trabalho	84 300\$00
Oficial com menos de dois anos	74 400\$00
Pré-oficial do 2.º ano	66 850\$00
Pré-oficial do 1.º ano	57 050\$00
Ajudante do 2.º ano	47 150\$00
Ajudante do 1.º ano	43 450\$00
Aprendiz do 2.º ano	39 550\$00
Aprendiz do 1.º ano	38 350\$00

A presente tabela salarial produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995.

Pela APC — Associação Portuguesa de Cerâmica:

José Manuel da Cruz Prates.

Pela SIEC — Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 24 de Fevereiro de 1995.

Depositado em 24 de Fevereiro de 1995, a fl. 103 do livro n.º 7, com o n.º 45/95, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIM — Assoc. Nacional dos Industriais de Madeira e a FETICEQ — Feder. dos Trabalhadores das Ind. Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química (sector de pincelaria, escovaria e vassouraria) — Alteração salarial e outra.

Cláusula prévia

Âmbito da revisão

A presente revisão, do CCT publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.ºs 21, de 8 de Junho de 1992, e 9, de 8 de Março de 1994, dá nova redacção às cláusulas seguintes:

Cláusula 53.^a

Subsídio de refeição

1 — Os trabalhadores abrangidos pelo presente contrato terão direito a um subsídio de refeição no valor de 200\$ por cada dia completo de trabalho efectivamente prestado.

2 —

3 — Não terão direito ao subsídio de refeição previsto no n.º 1 os trabalhadores ao serviço de empresas que forneçam integralmente as refeições ou nelas participem com montante não inferior a 200\$.

4 —

Cláusula 131.^a

Produção de efeitos

1 — As tabelas salariais produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995.

2 — O subsídio de alimentação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995.

ANEXO I

Tabelas salariais

Grupos	Categorias	Remunerações
A	Encarregado geral	69 500\$00
B	Encarregado de secção	67 400\$00
C	Qualificado de 1.ª	63 600\$00
	Qualificado de 2.ª	61 900\$00
	Qualificado de 3.ª	60 300\$00
D	Especializado de 1.ª	53 800\$00
	Especializado de 2.ª	53 000\$00
	Especializado de 3.ª	52 500\$00

Grupos	Categorias	Remunerações
E	Estagiários ou praticantes:	
	Grupo C	44 100\$00
	Grupo D	42 200\$00
F	Aprendizes:	
	4.º ano	(*) 33 000\$00
	3.º ano	(*) 30 700\$00
	2.º ano	(*) 27 100\$00
	1.º ano	(*) 26 300\$00

(*) Aplicação do salário mínimo nacional com a redução decorrente do respectivo diploma legal.

Porto, 18 de Janeiro de 1995.

Pela ANIM — Associação Nacional das Indústrias de Madeira:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FETICEQ — Federação dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmica, Vidreira, Extractiva, Energia e Química, em representação do SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química e Indústrias Diversas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Entrado em 31 de Janeiro de 1995.

Depositado em 24 de Fevereiro de 1995, a fl. 102 do livro n.º 7, com o n.º 43/95, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ADIPA — Assoc. dos Distribuidores de Produtos Alimentares e outros e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços e outros — Alteração salarial e outras.

CAPÍTULO I

Âmbito e vigência do contrato

Cláusula 1.ª

Área e âmbito

O presente instrumento de regulamentação colectiva de trabalho obriga, por um lado, as entidades empregadoras cuja actividade seja o comércio de armazenagem e ou distribuição por grosso de produtos alimentares (mercearias), distribuição de bebidas, armazenagem, importação e exportação de frutos, produtos hortícolas, sementes e outros, armazenagem e exportação de azeites, exercendo a sua actividade no continente e nas Regiões Autónomas, filiadas nas associações ADIPA, ANAIEF e Casa do Azeite e, por outro, os trabalhadores ao seu serviço representados pelos sindicatos ou-torgantes.

CAPÍTULO II

Carreira profissional

Cláusula 3.ª

Admissão e acesso

A) Admissão. — A idade mínima para admissão será de:

15 anos:

Paquete;

16 anos:

Praticante de armazém;

Operador praticante;

Caixeiro praticante.

B) Acesso.

12 — Os operadores praticantes ascenderão à categoria de operador ajudante após dois anos de permanência na categoria ou quando atingirem 18 anos.

13 — Os operadores ajudantes ascenderão à categoria de operador após dois anos de permanência na categoria.

14 — Os operadores ascenderão à categoria de operador especializado após três anos de permanência na categoria.

15 — Para os efeitos das promoções previstas nos n.ºs 12, 13 e 14 desta cláusula conta-se o tempo que o trabalhador tiver na categoria à data de entrada em vigor deste contrato colectivo de trabalho.

Cláusula 5.ª

Dotações mínimas

É obrigatória a existência de:

h) Um encarregado de armazém ou um operador encarregado e um fiel de armazém por cada grupo de 10 a 25 trabalhadores de armazém;

CAPÍTULO IV

Retribuição

Cláusula 20.ª

Diuturnidades

1 — Às retribuições mínimas do contrato colectivo de trabalho será acrescida uma diuturnidade de 1110\$

por cada dois anos de permanência em categoria sem acesso obrigatório, até ao limite de cinco diuturnidades.

Cláusula 21.^a

Ajudas de custo

1 — Aos trabalhadores que se desloquem em viagem de serviço será abonada a importância diária mínima de 6100\$ para despesas de alimentação e alojamento, tendo os trabalhadores direito de opção pelo pagamento destas despesas contra a apresentação de documento comprovativo, com a devida justificação.

2 — Sempre que a deslocação não implique uma diária completa serão abonadas as seguintes quantias, com o direito de opção referido no número anterior:

Alojamento — 3700\$;

Almoço ou jantar — 1200\$;

Pequeno-almoço — 240\$.

Nota

O pequeno-almoço será devido quando o trabalhador se ache deslocado ou inicie o serviço antes do seu horário normal de trabalho.

6 — Os caixas, cobradores e os motoristas/vendedores/distribuidores, bem como outros trabalhadores que exerçam habitual e predominantemente funções de pagamentos ou recebimentos de valores, têm direito a um abono mensal para falhas de 2350\$ enquanto exercerem efectivamente essas funções. Este abono pode ser substituído por um seguro que cubra integralmente esse risco.

CAPÍTULO XI

Questões finais e transitórias

Cláusula 63.^a

Entrada em vigor

As retribuições certas mínimas constantes do anexo II, as diuturnidades, as falhas de caixa e as ajudas de custo produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995.

Nota

As cláusulas e definições de funções não revistas mantêm-se com a redacção do CCT em vigor.

ANEXO I

Definição de funções

Grupo A — Comércio e armazém

Operador encarregado. — É o trabalhador que, numa unidade comercial, coordena, dirige e controla

uma secção, cabendo-lhe nomeadamente a responsabilidade pela gestão, controlo e rotação de *stocks*.

Operador. — É o trabalhador que, nos locais de venda, pertencentes ou não à sua entidade patronal, desempenha as tarefas inerentes à reposição, recepção e conferência de mercadorias, sua marcação, cuida da exposição dos produtos e colabora nos inventários periódicos.

Pode exercer tarefas inerentes às funções atrás descritas em regime de adstricção a cada uma das funções ou em regime de rotação por todas as funções. Pode também proceder ao controlo da saída de mercadorias vendidas.

Operador ajudante. — É o trabalhador que inicia a aprendizagem da profissão ou se prepara para o exercício da mesma.

ANEXO II

Retribuições certas mínimas

Grupo	Retribuição
I	105 700\$00
II	99 200\$00
III	94 300\$00
IV	86 900\$00
V	80 400\$00
VI	73 100\$00
VII	66 900\$00
VIII	64 900\$00
IX	53 000\$00
X	49 200\$00
XI	39 000\$00
XII	39 000\$00

Reenquadramento de funções

Grupos	Categorias
IV	Operador encarregado.
V	Operador especializado.
VI	Operador.
IX	Operador ajudante.
X	Operador praticante/caixeiro praticante.

Lisboa, 25 de Janeiro de 1995.

Pela ADIPA — Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela ANAIEF — Associação Nacional dos Armazenistas Importadores e Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela Casa do Azeite — Associação do Azeite de Portugal:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela FSIABT — Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Telefones de Lisboa e Porto:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITRA — Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Afins:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros (do ex-Distrito) da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Similares;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FETESE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, por si e em representação dos sindicatos seus filiados:

SITese — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;

SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;

STECALH — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;

STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;

SINDCES/C-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1995. — Pelo Secretariado: (Assinaturas ilegíveis.)

Declaração

A FESRTU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos (CGTP-IN) representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, Vítor Pereira.

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FSIABT/CGTP-IN — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares da Beira Interior;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Tabacos do Sul.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1995. — Pela Direcção Nacional, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 21 de Fevereiro de 1995.

Depositado em 24 de Fevereiro de 1995, a fl. 103 do livro 7, com o n.º 44/95, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a ANIECA — Assoc. Nacional do Ensino de Condução Automóvel e a FSTRU — Feder. dos Sind. de Transportes Rodoviários e Urbanos e outras — Alteração salarial e outras

Cláusula 1.^a

Âmbito

A presente regulamentação colectiva de trabalho, adiante designada por CCTV, abrange, por um lado, em toda a área nacional as empresas representadas pela ANIECA — escolas de ensino de condução automóvel — e, por outro, todos os trabalhadores ao seu serviço nas categorias previstas neste CCTV e representados pelas associações sindicais outorgantes.

Cláusula 2.^a

Vigência

1 — O presente CCTV entra em vigor cinco dias depois da sua publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

2 — Este CCTV vigorará por um período de um ano e considera-se sucessivamente prorrogado por períodos de 60 dias se não for denunciado com a antecedência mínima de 60 dias do termo de um dos períodos de vigência.

3 — Enquanto não entrar em vigor o novo CCTV ou as alterações acordadas manter-se-á a vigência do presente CCTV.

4 — O presente CCTV vigorará a partir de 1 de Janeiro de cada ano.

Cláusula 32.^a

Diuturnidades

1 — Às remunerações mínimas do presente CCTV será acrescida uma diuturnidade no montante de 3000\$ por cada três anos de permanência na mesma categoria profissional, até ao limite de cinco, as quais farão parte integrante da retribuição, vencendo-se a primeira em Abril de 1980.

2 — Os instrutores de condução automóvel venceram a primeira diuturnidade em 1 de Fevereiro de 1987 e a segunda em 1 de Fevereiro de 1989, integrando-se a partir daí no regime previsto no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 38.^a

Abono para falhas

1 — Os trabalhadores de escritório, com funções de tesoureiro e caixa, e os trabalhadores cobradores receberão, a título de abono para falhas, a quantia mensal de 3950\$.

2 — Sempre que os trabalhadores referidos no número anterior sejam substituídos no desempenho das respectivas funções o substituto receberá o abono correspondente ao tempo de substituição.

Cláusula 39.^a

Refeições

1 — A empresa reembolsará os trabalhadores deslocados das despesas efectuadas com as refeições que estes, por motivo de serviço, hajam tomado pelos seguintes valores:

Almoço — 1500\$;
Jantar — 1500\$;
Pequeno-almoço — 400\$.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1, considera-se que o trabalhador está deslocado sempre que se encontre fora do concelho para o qual a viatura está licenciada e desde que por motivos de serviço não lhe seja possível regressar a tempo de as tomar no seu local habitual.

Cláusula 39.^a-A

Subsídio de refeição

Por cada dia em que haja prestação de trabalho os trabalhadores terão direito a um subsídio de refeição no valor de 440\$.

Cláusula 40.^a

Alojamento e subsídio de deslocação

O trabalhador que for deslocado para prestar serviço fora do seu local de trabalho tem direito, para além da sua retribuição normal ou de outros subsídios consignados neste CCTV:

- a) A transporte, não só na ida como na volta para onde tenha sido deslocado a prestar serviço, desde que esse transporte lhe não seja assegurado pela empresa e sendo o tempo perdido na deslocação remunerado como tempo de trabalho;
- b) A reembolso das despesas com a dormida, mediante apresentação de documento comprovativo;
- c) A subsídio de deslocação no montante de 430\$ e 830\$ diários, conforme o trabalho seja realizado dentro ou fora do País e desde que o trabalhador não regresse ao local de trabalho.

ANEXO II

Tabela de remunerações mínimas e seu enquadramento profissional

Grupo	Categorias profissionais	Remuneração mínima
0	Técnico examinador	170 700\$00
I	Director de serviços	127 400\$00
	Chefe de escritório	
II	Chefe de departamento/divisão ou serviços Contabilista	116 400\$00
	Tesoureiro	
	Programador	
	Analista de sistemas	

Grupo	Categorias profissionais	Remuneração mínima
III	Chefe de secção Guarda-livros Programador mecanográfico	106 100\$00
IV	Secretária de direcção Escriturário principal Correspondente em línguas estrangeiras Operador de computador	97 200\$00
IV-A	Instrutor	94 300\$00.
V	Caixa Electricista (mais de três anos) Escriturário de 1.ª Oficial de 1.ª	94 300\$00
VI	Cobrador Electricista (menos de três anos) Escriturário de 2.ª Oficial de 2.ª Preparador-verificador mecanográfico... Estagiário de operador de computador...	84 000\$00
VII	Telefonista Lubrificador	80 000\$00
VIII	Contínuo com mais de 21 anos Porteiro Guarda Lavador	77 900\$00
IX	Estagiário do 3.º ano Dactilógrafo do 3.º ano Trabalhador de limpeza	73 700\$00
X	Estagiário do 2.º ano Contínuo com menos de 21 anos	63 400\$00
XI	Estagiário do 1.º ano Aprendiz metalúrgico do 4.º ano	57 200\$00
XII	Paquete de 17 anos Aprendiz metalúrgico do 3.º ano	47 600\$00
XIII	Paquete de 16 anos Aprendiz metalúrgico do 2.º ano	44 500\$00
XVI	Paquete de 15 anos Aprendiz metalúrgico do 1.º ano	44 300\$00

Notas

1 — Aos instrutores que ministrem lições práticas de automóveis pesados será atribuído um subsídio no montante de 120\$ por cada hora de trabalho efectivamente prestado.

2 — Os instrutores que desempenhem funções de director técnico de escola de condução têm direito a um subsídio de funções no valor de 8400\$.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1995.

Pela ANIECA — Associação Nacional do Ensino de Condução Automóvel:

(Assinatura ilegível.)

Pela FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN:

Vitor Pereira.

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

Vitor Pereira.

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:

Vitor Pereira.

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva: (Assinaturas ilegíveis.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritórios e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros (do ex-Distrito) da Horta;

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Similares;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

Para os devidos efeitos, declaramos que a FSMMP — Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;
Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito da Guarda;

Sindicato dos Metalúrgicos e Oficinas Correlativas da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul.

Lisboa, 30 de Janeiro de 1995. — Pela Comissão Executiva, (Assinatura ilegível.)

Entrado em 15 de Fevereiro de 1995.

Depositado em 22 de Fevereiro de 1995, a fl. 101 do livro n.º 7, com o n.º 37/95, nos termos do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares e o STAD — Sind. dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Profissões Similares e Actividades Diversas e outros — Alteração salarial e outras.

CAPÍTULO I

Do âmbito e vigilância

Cláusula 2.ª

Vigência e denúncia

- 1 —
- 2 — As tabelas salariais e as cláusulas de natureza pecuniária referentes à retribuição entram em vigor e produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995.
- 3 —
- 4 —
- 5 —
- 6 —

Cláusula 25.ª

Remuneração do trabalho

- 1 —
- 2 —
- 3 — Os trabalhadores que exerçam funções de caixas ou de cobradores têm direito a um abono mensal para falhas de 3200\$ ou de 2550\$, respectivamente, o qual fará parte integrante da retribuição enquanto o trabalhador se mantiver classificado na profissão a que correspondem essas funções.
- 4 —
- 5 —
- 6 —

- 7 —
 8 —
 9 —
 10 —
 11 —
 12 —

Cláusula 36.^a

Diuturnidades

- 1 —
 2 — Os restantes trabalhadores têm direito a uma diuturnidade de 1960\$ por cada três anos de permanência na mesma profissão ou categoria profissional, até ao limite de cinco diuturnidades.
 3 —
 4 —
 5 —

ANEXO II

Tabela de remunerações mínimas

A) Trabalhadores de limpeza

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas
I	Supervisor geral.....	92 540\$00
II	Supervisor.....	86 670\$00
III	Encarregado geral..... Encarregado de lavador de viaturas..... Encarregado de lavador de vidros.....	80 700\$00
IV	Encarregado de lavador-encerador..... Lavador de vidros..... Encarregado de limpador de aeronaves.....	75 720\$00
V	Lavador de viaturas (a)..... Encarregado de trabalhadores de limpeza hospitalar.....	72 760\$00
VI	Encarregado de lavador-limpador..... Encarregado de lavador-vigilante..... Encarregado de limpeza A..... Lavador-encerador..... Limpador de aeronaves.....	69 310\$00
VII	Encarregado de limpeza B..... Trabalhador de limpeza hospitalar.....	67 070\$00
VIII	Lavador-limpador..... Lavador-vigilante..... Encarregado de limpeza C.....	65 450\$00
IX	Trabalhador de limpeza (b).....	64 000\$00

(a) Inclui a fracção de subsídio nocturno que vai além de 30%.

(b) Quando exercer, normal e predominantemente, as funções em esgotos e fossas, será equiparado, para efeito de retribuição, às categorias do nível VII, enquanto se mantiver em tais funções.

Nota

Esta tabela inclui as diuturnidades previstas no n.º 1 da cláusula 36.^a

B) Restantes trabalhadores

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas
I	Director de serviços.....	194 660\$00
II	Chefe de departamento..... Analista de informática.....	168 030\$00
III	Chefe de divisão.....	134 690\$00
IV	Chefe de serviços..... Contabilista..... Tesoureiro..... Programador de informática.....	124 810\$00
V	Chefe de secção..... Planeador de informática de 1. ^a Chefe de vendas..... Caixeiro-encarregado geral..... Guarda-livros.....	114 870\$00
VI	Subchefe de secção..... Operador de computador de 1. ^a Planeador de informática de 2. ^a Encarregado de armazém..... Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção..... Inspector de vendas..... Secretário de direcção..... Correspondente de línguas.....	105 150\$00
VII	Primeiro-escriurário..... Operador de registo de dados de 1. ^a Controlador de informática de 1. ^a Operador de computador de 2. ^a Estagiário de planeador de informática..... Caixa..... Operador mecanográfico..... Fiel de armazém..... Vendedor..... Oficial electricista..... Motorista..... Afinador de máquinas de 1. ^a Canalizador-picheleiro de 1. ^a Serralheiro civil de 1. ^a Serralheiro mecânico de 1. ^a	94 880\$00
VIII	Segundo-escriurário..... Controlador de informática de 2. ^a Operador de registo de dados de 2. ^a Estagiário de operador de computador..... Conferente de armazém..... Afinador de máquinas de 2. ^a Canalizador-picheleiro de 2. ^a Serralheiro civil de 2. ^a Serralheiro mecânico de 2. ^a Cobrador..... Manobrador de viaturas.....	90 020\$00
IX	Terceiro-escriurário..... Estagiário de operador de registo de dados..... Estagiário de controlador de informática..... Pré-oficial electricista..... Afinador de máquinas de 3. ^a Canalizador-picheleiro de 3. ^a Serralheiro civil de 3. ^a Serralheiro mecânico de 3. ^a Distribuidor..... Telefonista.....	85 220\$00

Níveis	Categorias profissionais	Remunerações mínimas
X	Estagiário do 2.º ano Dactilógrafo do 2.º ano Contínuo Porteiro Guarda ou vigilante	72 150\$00
XI	Estagiário do 1.º ano Dactilógrafo do 1.º ano Praticante de metalúrgico do 2.º ano ... Ajudante de electricista do 2.º período... Servente de armazém	66 350\$00
XII	Praticante de metalúrgico do 1.º ano ... Ajudante de electricista do 1.º ano Paquete (17 e 16 anos) Praticante de armazém do 3.º ano	58 310\$00
XIII	Praticante de armazém do 2.º ano Aprendiz de metalúrgico do 2.º ano Aprendiz de electricista do 2.º ano Paquete (15 e 14 anos)	54 280\$00
XIV	Praticante de armazém do 1.º ano Aprendiz de metalúrgico do 1.º ano Aprendiz de electricista do 1.º ano	45 130\$00

Lisboa, 27 de Dezembro de 1994.

Pela Associação das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Profissões Similares e Actividades Diversas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários e Urbanos:

(Assinatura ilegível.)

Pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal:

(Assinatura ilegível.)

Declaração

Para todos os efeitos se declara que a FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Braga;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Comércio do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritórios do Distrito de Leiria;

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixeiros (do ex-Distrito) da Horta;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas;
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Similares;
Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Serviços e Correlativos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Pela Comissão Executiva do Conselho Nacional, (Assinatura ilegível.)

Declaração

A FESTRU — Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN representa os seguintes sindicatos:

Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real;
Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos de Viseu e Guarda;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa — TUL.

Pela Comissão Executiva, Vítor Pereira.

Declaração

Para os devidos efeitos declaramos que a FSMMP — Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal representa as seguintes organizações sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Braga;
Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Castelo Branco;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Coimbra;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito da Guarda;
Sindicato dos Metalúrgicos e Ofícios Correlativos da Região Autónoma da Madeira;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Leiria;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Lisboa;

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul;
Sindicato dos Trabalhadores da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Viana do Castelo;
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Metalurgia e Metalomecânica de Trás-os-Montes e Alto Douro;
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Viseu;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul.

Lisboa, 23 de Janeiro de 1995. — Pela Comissão Executiva, *Álvaro António Branco*.

Entrado em 15 de Fevereiro de 1995.

Depositado em 24 de Fevereiro de 1995, a fl. 102 do livro n.º 7, com o n.º 41/95, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a Assoc. de Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares e o SLEDA — Sind. Livre dos Trabalhadores de Serviços de Limpeza, Portaria, Vigilância, Manutenção, Beneficência, Domésticos e Afins e outros — Alteração salarial e outras.

CAPÍTULO VI

Da retribuição

Cláusula 24.ª

Remuneração do trabalho

1 —

2 —

3 — Os trabalhadores que exerçam funções de caixa ou de cobrador têm direito a um abono mensal para falhas de 3200\$ e de 2550\$, respectivamente, o qual fará parte integrante da retribuição enquanto o trabalhador se mantiver classificado na profissão a que correspondem essas funções.

4 a 11 —

Cláusula 34.ª

Diuturnidades

1 —

2 — Os restantes trabalhadores têm direito a uma diuturnidade de 1960\$ por cada três anos de perma-

nência na mesma profissão ou categoria profissional, até ao limite de cinco diuturnidades.

3 a 5 —

ANEXO II

Tabela de remunerações mínimas

A) Trabalhadores de limpeza

Nível	Categorias profissionais	Remunerações
I	Supervisor-geral	92 540\$00
II	Supervisor	86 670\$00
III	Encarregado geral	80 700\$00
	Encarregado de lavador de viaturas	
	Encarregado de lavador de vidros	
IV	Encarregado de lavador-encerador	75 720\$00
	Lavador de vidros	
	Encarregado de limpador de aeronaves	
V	Lavador de viaturas (a)	72 760\$00

Nível	Categorias profissionais	Remunerações
VI	Encarregado de limpeza hospitalar Encarregado de lavador-limpador Encarregado de lavador-vigilante Encarregado de limpeza A Lavador-encerador Limpador de aeronaves	69 310\$00
VII	Encarregado de limpeza B Trabalhador de limpeza hospitalar	67 070\$00
VIII	Lavador-limpador Lavador-vigilante Encarregado de limpeza C	65 450\$00
IX	Trabalhador de limpeza (b)	64 000\$00

(a) Inclui a fracção de subsídio nocturno que vai além de 30 %.

(b) Quando exercer, normal e predominantemente, as funções em esgotos e fossas, será equiparado, para efeito de retribuição, às categorias do nível vii, enquanto se mantiver em tais funções.

Nota

Esta tabela inclui as diuturnidades previstas no n.º 1 da cláusula 34.^a

B) Restantes trabalhadores

Nível	Categorias profissionais	Remunerações
I	Director de serviços	194 660\$00
II	Chefe de departamento Analista de informática	168 030\$00
III	Chefe de divisão	134 690\$00
IV	Chefe de serviços Contabilista Tesorero Programador de informática	124 810\$00
V	Chefe de secção Planeador de informática de 1. ^a Chefe de vendas Caixeiro-encarregado geral	114 870\$00
VI	Assistente administrativo Subchefe de secção Operador de computador de 1. ^a Planeador de informática de 2. ^a Encarregado de armazém Caixeiro-encarregado ou caixeiro-chefe de secção Inspector de vendas Secretário de direcção Correspondente de línguas estrangeiras...	105 150\$00
VII	Primeiro-escriturário Controlador de informática de 1. ^a Operador de computador de 2. ^a Estagiário de planeador de informática... Caixa Fiel de armazém Vendedor Oficial electricista Motorista Afinador de máquinas de 1. ^a Canalizador-picheleiro de 1. ^a Serralheiro civil de 1. ^a Serralheiro mecânico de 1. ^a	94 880\$00

Nível	Categorias profissionais	Remunerações
VIII	Segundo-escriturário Controlador de informática de 2. ^a Estagiário de operador de computador... Conferente de armazém Afinador de máquinas de 2. ^a Canalizador-picheleiro de 2. ^a Serralheiro civil de 2. ^a Serralheiro mecânico de 2. ^a Cobrador Manobrador de viaturas	90 020\$00
IX	Terceiro-escriturário Estagiário de controlador de informática Pré-oficial electricista Afinador de máquinas de 3. ^a Pré-oficial electricista Canalizador-picheleiro de 3. ^a Serralheiro civil de 3. ^a Serralheiro mecânico de 3. ^a Distribuidor Telefonista	85 220\$00
X	Estagiário Dactilógrafo Cónfuo Porteiro Guarda ou vigilante	72 150\$00
XI	Praticante de metalúrgico do 2.º ano ... Ajudante de electricista do 2.º periodo... Servente de armazém	66 350\$00
XII	Praticante de metalúrgico do 1.º ano ... Ajudante de electricista do 1.º ano Praticante de armazém do 3.º ano	58 310\$00
XIII	Praticante de armazém do 2.º ano Aprendiz de metalúrgico do 2.º ano Aprendiz de electricista do 2.º ano	54 280\$00
XIV	Praticante de armazém do 1.º ano Aprendiz de metalúrgico do 1.º ano Aprendiz de electricista do 1.º ano	45 130\$00

Lisboa, 25 de Janeiro de 1995.

Pela Associação das Empresas de Prestação de Serviços de Limpeza e Actividades Similares:

(Assinaturas ilegíveis.)

Pela FETSE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritório e Serviços, em representação dos seguintes sindicatos filiados:

SITSE — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias;
SITAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços da Região Autónoma da Madeira;
STECAM — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio de Angra do Heroísmo;
Sindicato dos Profissionais de Escritório e Vendas das Ilhas de São Miguel e Santa Maria;
STESCB — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio de Braga;
SINDCES/C-N — Sindicato Democrático do Comércio, Escritório e Serviços/Centro-Norte;

(Assinatura ilegível.)

Pelo SLEDA — Sindicato Livre dos Trabalhadores de Serviços de Limpeza, Portaria, Vigilância, Manutenção, Beneficência, Domésticos e Afins:

Maria Amélia Lourenço.

Pelo STV — Sindicato dos Técnicos de Vendas:

(Assinatura ilegível.)

Pelo SITESC — Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Serviços e Comércio:

(Assinatura ilegível.)

Entrado em 23 de Fevereiro de 1995.

Depositado em 24 de Fevereiro de 1995, a fl. 102 do livro n.º 7, com o n.º 42/95, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 519-C1/79, na sua redacção actual.

CCT entre a APICCAPS — Assoc. Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e Seus Sucedâneos e a FEPCES — Feder. Portuguesa dos Sind. do Comércio, Escritórios e Serviços (alteração salarial e outra) — Rectificação.

Por ter sido publicado com inexactidão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 2, de 15 de Janeiro de 1995, o CCT mencionado em título, a seguir se procede à necessária rectificação:

Assim, no anexo II, tabela salarial, grupo VI, remunerações, onde se lê «76 600\$00» deve ler-se «79 600\$00».